

42º Encontro Anual da ANPOCS

GT5: Comportamento, opinião pública e cultura política.

Título: Ambivalentes ou ambíguos? Atitudes não democráticas entre os democratas brasileiros em 2014.

Matheus G. M. Ferreira

Introdução

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a ambivalência (MOISÉS, 2008; FUKS, 2016) das atitudes políticas dos cidadãos brasileiros com relação as dimensões do suporte à democracia, do compromisso democrático e seus conteúdos.

Buscar-se-á compreender como o grupo dos que dizem preferir a democracia como forma de governo organiza seu campo atitudinal com relação aos temas do compromisso democrático e dos conteúdos desse compromisso. O banco de dados utilizado será o Barômetro das Américas de 2014, produzido pelo Latin America Public Opinion Project (LAPOP). O programa computacional utilizado para programar as análises foi o R Statistics, cujo script de programação se encontra no Anexo 1.

Na compreensão deste trabalho, as manifestações de Junho de 2013 são assumidas como um ponto de partida para compreensão do cenário político brasileiro. Quando se esperava uma escalada dos valores democráticos no campo dos direitos sociais, civis e políticos, as eleições de 2014 configuraram a Câmara dos Deputados mais conservadora desde 1964 (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2014). Se as Jornadas de Junho começaram pela luta por direito à mobilidade urbana e se expandiu para uma dinâmica plural da agenda de direitos como saúde, educação, autonomias institucionais, desenvolvimento econômico-social etc., é no mínimo contestador afirmar que seu desfecho seguiu essa onda. Pelo contrário, o que também se viu foi a agenda conservadora ganhando as ruas.

Vozes interpelando por intervenção militar e que deslegitimavam a política (demarcando-a como um espaço de corrupção generalizada), foram sintetizadas em movimentos sociais que conseguiram emplacar manifestações com milhões de pessoas nas capitais como São Paulo e Rio de Janeiro nos anos subsequentes. Essas mesmas vozes ajudaram a legitimar o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ampliando o histórico de mandatos presidenciais interrompidos no Brasil.

Segundo O Globo¹ (s/d), de 1930 a 2016, contabilizam-se nove interrupções presidenciais. Washington Luís (1930), Júlio Prestes (1930), Getúlio Vargas (1945), Café Filho (1955), Carlos Luz (1955), João Goulart (1964), Pedro Aleixo (1969), Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016) compõem a lista. Entre os motivos, consideraram golpes e impeachments.

Ainda, na última janela partidária antes das eleições de 2018, partidos como o DEM (Democratas), herdeiro histórico do partido de sustentação da ditadura militar (ARENA) obtiveram os melhores resultados proporcionais – praticamente dobrando sua bancada –, além de presidirem a mesa da Câmara dos Deputados Federal, o que lhes garante o controle de agenda.

Tanto essa trajetória de interrupções presidenciais e fortalecimento de partidos e agendas conservadoras nos últimos anos, traz a tona um importante questionamento: quão estável é a democracia brasileira?

Aportes teóricos

A partir do contexto supracitado, cabe indagar sobre o papel dos cidadãos no processo de estabilidade, qualidade e sobrevivência das democracias. Esse questionamento tem seu espaço na agenda de pesquisa da Ciência Política na medida em que a legitimidade de um governo não é construída apenas com base no uso da força e coerção, mas também é construída através de uma constelação de interesses, mero costume de um hábito cego ou por mero afeto, na inclinação pessoal do súdito (WEBER, 2003).

O papel da opinião pública (demos) na estabilidade democrática pode ser pensada numa relação direta ou indireta, ou seja, através de intermediários (elite política). A pesquisa de Almond e Verba (1963) nos mostra como o demos impacta a estabilidade e a efetividade do governo democrático direta e indiretamente. A estabilidade e a qualidade da democracia é explicada através de uma cultura política ou cultura cívica mais democrática.

1 “Mandatos Interrompidos” (Infográfico). Acessado em 11 de abril de 2018. Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/mandatos-interrompidos.html#8>.

Mas o desenvolvimento de um governo democrático estável e eficaz depende mais do que as estruturas de governo e política: depende das orientações que as pessoas têm com relação ao processo político – sobre a cultura política (Almond & Verba, 1963, p. 366)².

Ainda, o *demos* se faz importante na relação entre a elite política (agente intermediário) e a estabilidade democrática. Isso ocorre, segundo Held (1987), porque

(...)os líderes dependem do favor popular e, portanto, agem para sustentar sua própria popularidade e suas posições. A liderança política é enfraquecida pela aquiescência às demandas populares e por se basear a estratégia política naquilo que pode ser “vendido” (HELD, D. 1987, p.29).

Outras abordagens também permitem pensar fontes alternativas do fluxo entre a opinião pública e o sistema político, no sentido da manutenção e qualidade da democracia, seja manipulando pelo conceito de “capital social” (PUTNAN, 1996) ou pelas mudanças culturais que acompanham o processo de modernização, gerando assim novos padrões de valores como sociabilidade, autoexpressão, a liberdade e a qualidade de vida, que são fundamentais para o aprofundamento democrático (INGLEHART & WELZEL, 2009).

Em Anthony Downs (2013), o principal ator político são os partidos, contudo, sua forma de organização e as estratégias que estes utilizam precisam levar em consideração a opinião pública. Assim como as empresas buscam agradar seus clientes, os partidos buscam agradar seus eleitores. Nessa abordagem, o papel desempenhado pelas elites é mais significativo para a manutenção e qualidade da democracia.

Uma diferença entre as concepções, pode ser observada pela organicidade e instrumentalidade com que tais abordagens estabelecem a

2 Traduzido do original pelo autor. Na versão original se encontra: “But the development of a stable and effective democratic government depends upon more than the structures of government and politics: it depends upon the orientations that people have to the political process – upon the political culture” (Almond & Verba, 1963, p. 366).

relação entre o demos e a elite política. Orgânico no sentido de que se a opinião pública é permeada por valores, crenças, atitudes e comportamentos afins com a democracia, conseqüentemente o país terá maior probabilidade de ser democrático. Instrumental no sentido de que as elites políticas precisam considerar o nível da opinião pública em suas estratégias políticas (de sucesso eleitoral por exemplo).

Porém, é preciso pensar a hipótese de como se estabelece a relação entre demos e elite quando a opinião pública apresenta atitudes que se afastam do ideal de um cidadão democrático. Pensando pela organicidade dessa relação, um demos mais autoritário criaria as condições propícias para a formação de elites mais autoritárias. Contudo, atitudes (ou se pode pensar em estratégias políticas) mais autoritárias – ou não-democráticas – entre as elites poderiam criar uma situação de crise do *status quo* e do *modus operandi* democrático, colocando em risco a própria manutenção da democracia (PÉREZ-LIÑAN & POLGA-HECIMOVICH, 2013). Nesses termos, seria irracional para as elites políticas, que vivem da política e para a política, serem totalmente fiéis às atitudes do demos.

Posto dessa forma, deveria existir um ponto de equilíbrio na congruência entre as atitudes do demos e das elites políticas. Esse ponto deveria corresponder a um nível de congruência entre atitudes de ambos grupos no limite do processo de estabilidade democrática.

A estabilidade democrática é compreendida aqui como uma dimensão da legitimidade democrática. Acredita-se que falar de um sistema legítimo implique em constatar sua estabilidade e manutenção ao longo da história.

De acordo com Easton (1965, 1975 *apud* Casalecchi, 2016, p. 42), a legitimidade da democracia estaria assentada no apoio que os cidadãos a ela concedem. Este apoio são de dois tipos, “difuso” e “específico”. Enquanto o suporte difuso está ligado a questões mais abstratas, o específico se relaciona a questões mais práticas do funcionamento da democracia. O entendimento dessa divisão fica mais claro quando o campo do comportamento político levanta a questão: “por que as pessoas amam a democracia, mas odeiam suas instituições?”.

O “amor” pela democracia seria algo mais abstrato, “difuso”. Essa abstração se manifesta quando se opera variáveis de preferência pela democracia. O “ódio” está relacionado mais com avaliações práticas da democracia, que são operacionalizadas por variáveis de satisfação com as instituições políticas, com o sistema político e com seus atores.

Outra forma de compreender a legitimidade democrática está presente em Lipset (1959), quando o autor elabora a distinção entre efetividade e legitimidade da democracia (CASALECCHI, 2016).

Ao passo que efetividade é uma variável relacionada ao desempenho do sistema político (sua eficácia em relação as expectativas do demos e elites), legitimidade está relacionada com a crença de que as instituições políticas são as mais adequadas para a sociedade (*ibid*).

Booth e Seligson (2009), dialogando com Easton, discutem o conceito de legitimidade, advogando uma medida multidimensional para resolver o que eles chamam de *the legirimacy puzzle*. Colocando questões como: “por que a queda de legitimidade institucional nas últimas décadas não gerou a derrocada de democracias estáveis?”, dialogam com o conceito de “reserva de suporte”, conceito presente nas obras de Lipset (1959) e Easton (1965).

A preocupação de que a perda de legitimidade da democracia não tem efeito sobre democracias de sociedade industriais avançadas (BOOTH & SELIGSON, 2009:5) tensiona a explicação de que a legitimidade democrática serve como variável explicativa para a qualidade e manutenção da própria democracia. Na compreensão dos autores, existe um problema com a própria definição do que seria a legitimidade democrática e como se produzem suas medidas.

Há vários constrangimentos para a construção de uma medida razoável de legitimidade democrática que possa ser generalizável, entre eles, as diferenças entre os países estudados, que conduzem a construção de *surveys* capazes de captar suas realidades específicas.

Desse questionamento, surge o direcionamento de pensar a legitimidade em três frentes: i) as estruturas da legitimidade; ii) os recursos da legitimidade e; iii) os efeitos da legitimidade (*ibid.*). Para os autores, há muitas questões que não foram respondidas e outras que nem foram perguntadas.

Nessa linha de pesquisa, assume-se a ideia de que o campo atitudinal dos indivíduos é importante para a qualidade da democracia e sua manutenção. Embora pareça redundante apontar para esse ponto, é imprescindível afirmar isso, pois toma-se como pedra de toque uma postura teórica que vai na contramão da perspectiva teórica do elitismo.

O elitismo atribui às elites a responsabilidade pela manutenção e qualidade do sistema político ou da ordem social (SARTORI, 1994; PÉREZ-LIÑAN & POLGA-HECIMOVICH, 2013). Nesse ponto, elite não pode ser compreendida de forma pejorativa ou relacionada a algo que trave o progresso da sociedade, mas significa abordar um grupo da sociedade que controla recursos escassos com significância social e que possuem influência no sistema político, econômico e ideológico de forma privilegiada, quando comparados com os “cidadãos comuns”.

Ampliando essa perspectiva, parte-se do pressuposto que não só as elites devam receber destaque nas pesquisas, mas a opinião pública também tem participação efetiva nos rumos da democracia. Nessa linha, quando Pareto analisa as elites, ele atribui a elas o poder da força física e da persuasão (CARVALHO, 2008). Pode-se definir a persuasão como a capacidade de fazer com que as pessoas ajam da forma como elas não agiriam se não estivessem sobre influência do discurso de outras pessoas. Essa definição aproxima a persuasão da noção de poder de Weber.

Se a persuasão é um elemento importante para a definição das elites, isso significa que uma elite necessita de aceitação por parte de uma parcela da sociedade, o que faz com que sujeitos não pertencentes às elites tenham papel importante na “construção da ordem”. Em democracias abertas, o direito ao voto representa um instrumento de poder dos cidadãos diante das elites.

Embora se demarque a relação entre atitudes políticas e qualidade, estabilidade e sobrevivência (continuidade) das democracias (MOISÉS, 1995) através do conceito de legitimidade, não há uma explicitação de quais mecanismos (ELSTER, 1994; VAN den BERG, 1998; JOHNSON, 2003) que explicam essa relação. Dessa forma, ao propor uma solução para a questão “se há uma relação entre atitudes e desempenho da democracia”, não se explicou como essa transição ocorre, ou seja, quais são seus mecanismos.

Ainda, o próprio conceito de atitudes políticas (orientações favoráveis ou desfavoráveis com relação a um objeto político), está abrigado no guarda-chuva conceitual da cultura política (ALMOND and VERBA, 1963), que segundo Johnson (2013), possui problemas conceituais internos.

Metodologia

Para dimensionar o compromisso democrático, será trabalhado com o suporte ou não a golpes militares no Brasil. No banco de dados LAPOP 2014, estas variáveis se apresentam da seguinte maneira:

Tabela 1. Construção das variáveis JC10 e JC13.

<p>“Agora vamos falar de outro assunto. Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar...? [Leia as alternativas depois de cada pergunta].”</p>				
<p>JC10. Quando há muito crime.</p>	<p>(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.</p>	<p>(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.</p>	<p>(NS)</p>	<p>(NR)</p>
<p>JC13. Diante de muita corrupção.</p>	<p>(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.</p>	<p>(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.</p>	<p>(NS)</p>	<p>(NR)</p>

Fonte: LAPOP, 2014.

Se atitudes políticas são direções (respostas) positivas ou negativas a um determinado objeto político (CASALECCHI, 2016), pensar a adesão à democracia por JC10 e JC13 pode ser um bom caminho.

A forma como ambas perguntas são feitas impõe uma situação de baixa percepção da efetividade (LIPSET, 1959). Se efetividade no nível do demos significa uma percepção positiva das instituições políticas (democráticas), quando se cria uma situação de baixa efetividade (muito crime e muita corrupção), espera-se que isso afete a legitimidade da democracia, induzindo os respondentes a optarem pelo golpe. Caso não optem pelo golpe, significa que a legitimidade democrática tem mais peso do que a efetividade.

Apresentado o cenário de baixa efetividade, cabe a pergunta de como se comportam as atitudes dos entrevistados com relação a legitimidade da democracia nesse cenário? Se respondem em prol do golpe ou de forma indiferente (NS/NR), este artigo considera uma situação de baixa legitimidade democrática.

Acredita-se que não se posicionar em defesa da democracia corresponde a não afirmação de sua legitimidade. Quando se defende a democracia, por outro lado, aponta-se para sua legitimidade. Dessas proposições, extrai-se duas hipóteses:

Tabela 2. Hipóteses

H0 (nula)	Em um cenário de baixa efetividade do governo democrático, ainda assim há alta legitimidade da democracia. Logo, pessoas não acreditam que um golpe de estado é a melhor vida para recuperar a efetividade do governo.
H1	Em um cenário de baixa efetividade do governo democrático, espera-se que haja baixa legitimidade da democracia. Logo, pessoas acreditam que um golpe de estado possa recuperar a

	efetividade do governo.
--	-------------------------

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Nossa hipótese nula é que mesmo num cenário de “baixa efetividade” ainda se mantém uma alta taxa de legitimidade democrática (pessoas que rejeitam o golpe). Isso pode ser pensado através do conceito de “reserva de suporte” (SELIGSON & MULLER, 1987).

Dentro dessa distinção analítica, o apoio à democracia, enquanto conjunto de normas, regras e princípios, não está, necessariamente, ligado às avaliações que os cidadãos fazem a respeito do desempenho das instituições democráticas e suas autoridades. Desde que um “reservatório” de apoio à democracia seja preservado, a insatisfação e a desconfiança política são perfeitamente absorvidas pela própria dinâmica democrática, uma vez que os críticos do desempenho das instituições podem sempre recorrer ao voto para trocar o governo (CASALECCHI, 2016, p.42).

Para mensurar o compromisso democrático, será analisada sua frequência estatística. Feito isso, tais frequências serão comparadas com a mesma distribuição controlada pelo grupo dos “apoiadores da democracia”. O objetivo dessa comparação é saber se, quando controlado pela preferência pela democracia enquanto forma de governo, o suporte a golpes militares diminui proporcionalmente.

A variável de “preferência” pela democracia está estruturada, no survey, da seguinte maneira:

Tabela 3. Construção da variável DEM2

<p>DEM2. Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:</p> <p>(1) Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou</p>
--

- (2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou
- (3) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.
- (88) NS
- (98) NR

Fonte: LAPOP, 2014.

A hipótese é que, quando se controla o compromisso democrático pela preferência democrática, espera-se um aumento significativo da proporção de respondentes que, mesmo em cenário de baixa efetividade, se comprometem com a democracia frente ao golpe militar.

Embora pareça ser ambíguo trabalhar com duas dimensões de um mesmo fenômeno (adesão à democracia), o objetivo desse artigo é comparar a relação entre atitudes políticas, buscando sinais da ambivalência das atitudes políticas dos respondentes. Em outras palavras, almeja-se mensurar a inconsistência atitudinal com relação a determinados objetos políticos.

Para dimensionar os conteúdos desse compromisso, serão analisadas as atitudes que se aproximam dos adjetivos democráticos (COLLIER & LEVISTKY, 1996; BOOTH & SELIGSON, 2009).

A reflexão sobre os conteúdos da democracia, junto ao compromisso democrático se faz importante na medida em que

Os indivíduos podem realmente preferir a democracia, ou mesmo ter um forte compromisso com ela, rejeitando suas alternativas mesmo em face de adversidades e cenários desfavoráveis. Mas qual o conteúdo dessa preferência e compromisso? O que seria essa “democracia” que os cidadãos tanto dizem preferir e desejar? Essa é uma crítica importante porque diz respeito ao conteúdo das atitudes, à sua substância (CASALECCHI, 2016, p.48).

Com relação ao conteúdo dessa adesão, buscar-se-á questões no banco de dados que dizem respeito às dimensões de tolerância política. Acredita-se

que as dimensões da tolerância são condições necessárias para se pensar uma democracia de tipo liberal (FUKS, 2012).

Dessa forma, a tolerância será trabalhada em sua relação com outras dimensões: a participativa e a do respeito a diferença. A primeira diz respeito a tolerância com a participação política de pessoas que discordam politicamente do entrevistado. A segunda diz respeito a grupos que em determinados contextos sociais são alvos de atitudes negativas (discriminatórias).

Para mensurar tais dimensões da tolerância, este artigo optou por trabalhar com as seguintes variáveis:

Tabela 4. Construção das variáveis de Tolerância (D1 e D5)

As perguntas abaixo são para saber sua opinião sobre as diferentes ideias das pessoas que vivem no Brasil. Use sempre a escala de 10 pontos.	
D1. Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas? Por favor, leia para mim o número na escala. [explore: Até que ponto?]	1-10, 88=NS, 98=NR
D5. E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?	1-10, 88=NS, 98=NR

Fonte: LAPOP, 2014.

A escala de valores dessa variável nos diz que, quanto mais perto de 1, maior a intensidade da desaprovação (desaprova fortemente; atitude negativa com relação ao objeto) e quanto mais perto de 10, maior a intensidade da aprovação (aprova fortemente).

Ao tratar das variáveis de tolerância, apenas interessará as distribuições nos polos atitudinais positivos (valores de 9 e 10) e negativos (valores de 1 e 2).

Ao mensurar as dimensões da tolerância, serão focados apenas os extremos atitudinais positivos e negativos. Ainda, a fim de compreender melhor a relação entre os conteúdos do compromisso democrático, analisar-se-á sua relação com o próprio compromisso (mensurado aqui através das variáveis sobre suporte ao golpe).

Para isso, serão analisadas as frequências estatísticas dos extremos quando controlados e não controlados pelas variáveis de suporte ao golpe. Espera-se que, quando controlado pela recusa do golpe, aumente a proporção das frequências estatísticas presentes nos extremos positivos das variáveis de tolerância. Em outras palavras, espera-se que, recusar o golpe seja sinal de maior tolerância.

Em suma, o desenho de pesquisa pode ser melhor compreendido abaixo:

Tabela 5. Etapas da análise dos dados.

Etapa 1.	Mensurar as frequências do suporte ao golpe militar para saber quais das situações (crime ou corrupção) afetam de forma mais significativa a legitimidade democrática.
Etapa 2.	Mensurar as frequências do suporte ao golpe controlando pela preferência pela democracia. Comparar o resultado quando a variável controle estiver ausente.
Etapa 3.	Mensurar as frequências das variáveis de tolerância política (conteúdos da democracia).
Etapa 4.	Mensurar as dimensões da tolerância política quando controladas pela rejeição ao golpe militar e preferência

	pela democracia. Comparar o resultado quando a variável controle estiver ausente.
--	---

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Resultados obtidos

Antes de analisar o suporte a golpes militares, é preciso definir brevemente a natureza desse suporte. Por suporte compreende-se as atitudes de aprovação do golpe militar em casos de muito crime e muita corrupção. Por outro lado, a variável de suporte a golpes conta ainda com as opções de “não sabe” e “não respondeu”. No banco de dados ambas estão identificadas como “NA” (nenhuma das alternativas).

É importante refletir sobre estas duas categorias, pois na compreensão deste artigo, não se manifestar favorável à democracia (ou contra o golpe) significa um sinal de apatia (indiferença), o que nos leva a pensar que a democracia não possui um valor positivo para quem opta por “NA”. Assim sendo, as frequências de “NA” podem ser incluídas na dimensão de “não compromisso democrático”, embora não possam ser consideradas “suporte ao golpe”.

Analisando os dados de suporte ao golpe, observa-se:

Tabela 6. Adesão a golpes militares no Brasil 2014.

Adesão a golpes militares – LAPOP 2014	
Muito Crime	Muita Corrupção
39%	44,3%
“Democratas” que apoiam golpes militares quando muita corrupção	
Muito Crime	Muita Corrupção
34,1%	39,3%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ao considerar os indiferentes com relação aos golpes como uma dimensão de não compromisso democrático, observa-se que 51,3% não possuem compromisso democrático – quando considerado o cenário de muita corrupção – e quase 46% não possuem compromisso democrático – quando considerado o cenário de muito crime. Em outras palavras, mais da metade dos entrevistados não possuem compromisso democrático quando pensado pela chave da corrupção.

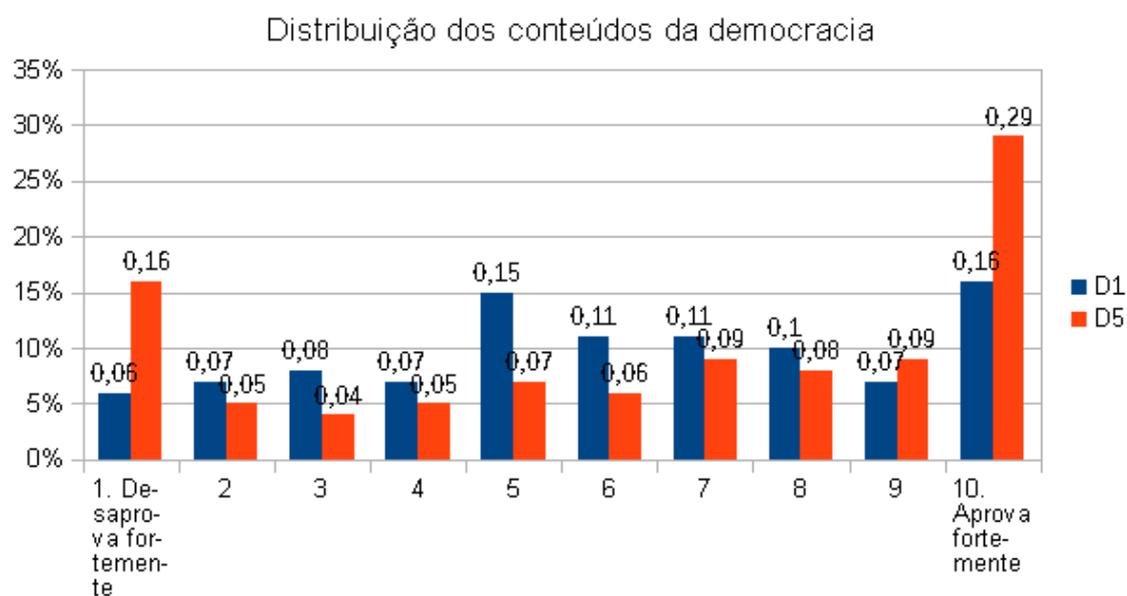
Por outro lado, controlando o suporte ao golpe por quem demonstra preferência pela democracia, observa-se que há uma redução desse suporte para ambos os casos (crime e corrupção) de aproximadamente 5 pontos percentuais. Ou seja, manifestar preferência pela democracia tem pouca influência sobre a aceitação ou rejeição a golpes militares.

Metade das pessoas que dizem preferir a democracia estão pouco comprometidas com a própria democracia. Em um cenário de “efetividade” negativa, mantém-se o risco da legitimidade democrática.

Percebe-se que o cenário de muita corrupção afeta mais a legitimidade da democracia, comparado com o cenário de muito crime. Dessa forma, para a análise dos demais sobre conteúdos da democracia, optou-se pelo cenário de muita corrupção.

Com relação aos conteúdos da democracia, analisou-se as variáveis D1 (“Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas?”) e D5 (“E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?”), encontrando os dados apresentados do Gráfico 1.

Gráfico 1. Conteúdos da democracia.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Agrupando essas atitudes, a fim de compreender qual tendência cada dimensão assume, é possível encontrar os resultados apresentados na Tabela 7.

Tabela 7. Agrupamento dos conteúdos da democracia.

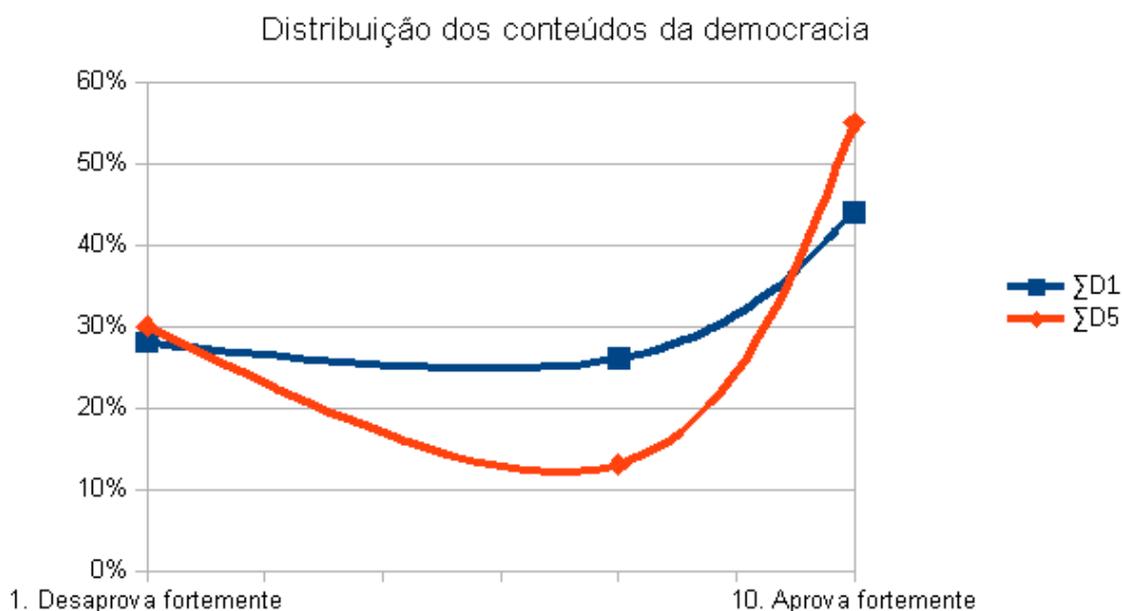
	$\Sigma D1$	$\Sigma D5$
1-4: Desaprova fortemente	28%	30%
5-6	26%	13%
7-10: Aprova fortemente	44%	55%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Optou-se por um agrupamento simples, direcionado pela dimensão espacial dos valores que cada número representa. A partir da mediana, dividiu-se os dados em dois extremos. O primeiro extremo (1-4) representa uma atitude negativa; o segundo (5-6), uma atitude neutra e; o terceiro (7-10), atitudes positivas.

Analisando o gráfico 2, observa-se que a dimensão da tolerância, comparando com a dimensão da diversidade, apresenta uma polarização nas atitudes dos entrevistados, fato que não se observa quando analisada a dimensão da tolerância com relação ao conteúdo participativo (sufrágio) da democracia.

Gráfico 2. Conteúdos da democracia: dados agrupados.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Controlando os conteúdos da democracia pela rejeição ao golpe militar e pela preferência pela democracia, não se observou alterações significativas que pudessem corroborar a ideia de que a legitimidade democrática teria relação com os conteúdos da democracia, porém, ao comparar a diferença entre os dois filtros, a variável “compromisso democrático” se mostrou mais efetiva do que a “preferência pela democracia” para dimensionar a legitimidade democrática.

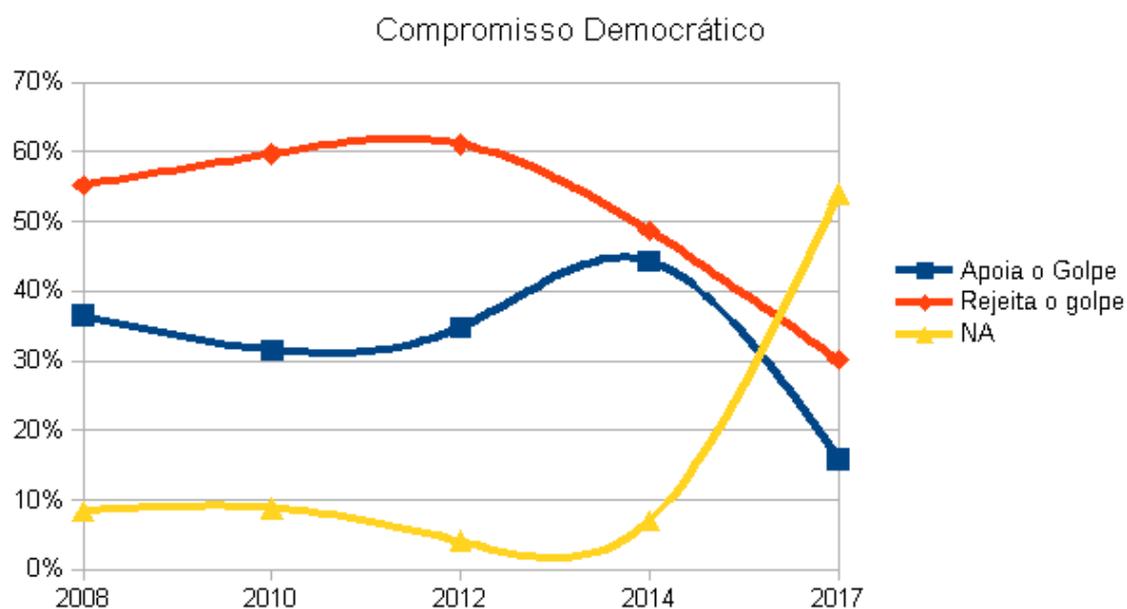
Discussão

Compreender como o golpe militar se apresenta no nível da opinião pública é importante em países como Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, que atravessaram experiências de governos militares autoritários não tão distantes.

Analisando o suporte a golpes no Brasil, no nível da opinião pública, é possível pensar que seu espectro ainda ronda nossa vida democrática. Em uma análise longitudinal do suporte ao golpe é possível identificar um movimento de ascensão até o ano de 2014.

Por outro lado, os dados mais recentes do LAPOP (2017) mostram uma queda abrupta do suporte ao golpe militar (quando muita corrupção), mas um aumento estratosférico dos casos de “NA”, o que nos faz desconfiar dos dados. Como discutido anteriormente, os casos “NA” podem significar uma atitude de apatia (indiferença) com relação à democracia, o que poderia ser caracterizado como baixo compromisso democrático, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3. Análise longitudinal do compromisso democrático.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Optou-se por fazer a análise longitudinal através do cenário de muita corrupção, pois esta se mostrou mais sensível no que se refere a legitimidade democrática. O fato da corrupção afetar mais a legitimidade democrática do que o crime pode ser pensado dada a sensibilidade que a opinião pública possui para tais temas, além da exaustiva cobertura midiática acerca dos escândalos de corrupção.

No banco de dados LAPOP 2014, há uma variável que mensura a opinião dos respondentes sobre qual o principal problema que o país está enfrentando (“A4. Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?”). As respostas são dadas de forma espontânea, ou seja, não são apresentadas opções de problemas aos respondentes.

Analisando essa variável, percebe-se que os três principais problemas são “Saúde, falta de serviço”, “Violência” e “Corrupção”, respectivamente. Saúde aparece em 25% das opiniões; Violência em 19%; Corrupção em 12%. Ao total aparecem trinta e dois *issues* problemas, mas nenhum deles, com exceção destes três citados, apresenta frequência maior que 4%. Há claramente um apelo popular para esses três *issues*.

Conclui-se com essa pesquisa que, se preferência pela democracia e compromisso democrático são faces da mesma ideia de adesão à democracia, o termo ambivalência teria menos sentido que ambiguidade.

Preferir a democracia em quase 50% dos casos não implica sua defesa em situações críticas. Por outro lado, rejeitar o golpe não estaria relacionado com o fato de ser mais tolerante. A intolerância persiste nos mesmos níveis quando se considera o controle pela variável “compromisso democrático”. Em outras palavras, compromisso com a democracia não implica concordância com um dos pilares simbólicos da democracia liberal.

Outro ponto importante que se pode descobrir com esse estudo foi o fato de que a variável compromisso democrático revela de forma mais significativa (mesmo que 5 pontos percentuais a mais) o vínculo entre opinião pública e defesa da democracia.

Tais resultados se mostram satisfatórios tendo em vista o caráter preliminar desse estudo, que constitui parte de uma pesquisa maior que está

sendo desenvolvida como tese de doutorado. O objetivo maior da pesquisa é compreender as dimensões de uma demanda militar golpista na América Latina.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. The Civic Culture. Princeton U. Press, 1963.

CASALECCHI, G. A. Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 210 folhas. 2016.

COLLIER, D., & LEVITSKY, Steven. Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research. World Politics, v. 49, n. 3, p. 430-451, 1997.

DOWNS, Anthony. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ELSTER, J. Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democrático são os democratas brasileiros? Revista Brasileira de Ciência Política, nº19. Brasília, janeiro – abril de 2016, pp. 199-219.

FUKS, Mário. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. Opinião Pública vol.18 no.1 Campinas June 2012

HELD, David. Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

JOHSON, James. Conceptual problems as obstacles to progress in political science: four decades of political culture research. *Journal of Theoretical Politics* 15(1): 87-115, 2003.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases socio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ed. Ática, 1995.

_____. *Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira*. RBCS Vol. 23 nº. 66 fevereiro/2008.

PÉREZ-LIÑAN, A; POLGA-HECIMOVICH, J. Political Elites, Democratic Breakdowns, and Presidential Instability in Latin America. *Seminario de Investigación #14*: 17 de mayo de 2013.

PÉREZ-LIÑAN, A., & POLGA-HECIMOVICH, J. Political elites, democratic breakdown, and presidential instability in Latin America. *Seminario de Investigación #14*: 17 de mayo de 2013.

PÉREZ-LIÑAN, A., & POLGA-HECIMOVICH, J. Political elites, democratic breakdown, and presidential instability in Latin America. *Seminario de Investigación #14*: 17 de mayo de 2013. SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994, vol. 1. CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Putnam, Robert. (1996), *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

SELIGSON, Mitchell; MULLER, Edward. Democratic Stability and Economic Crisis: Costa Rica, 1978-1983. *International Studies Quarterly*, v. 31, p. 301-326, 1987.

VAN den BERG, Axel. "Is Sociological Theory Too Grand for Social Mechanisms?", em P. Hedström e R. Swedberg (orgs.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Sciences*, 204-37. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima *in* GOHN, G. Sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 2013.

Anexo 1

Script Rstatistics

```
library(haven)

install.packages("tidyverse")
library(tidyselect)
install.packages("dplyr")
library(dplyr)
lp14 <- read_dta("C:/Users/ferre/Desktop/Em_uso/lp14.dta")

#Filtrando por dem2=2
lp14.2 = lp14 %>%
  filter (dem2 == "2")
#Filtrando por jc13=2
lp14.3 = lp14 %>%
  filter (jc13 == "2")

lp14.4 = lp14 %>%
  filter (dem2 == "2") %>%
  filter (jc13 == "2")

#####

lp14 %>%
  count(jc13) %>%
  mutate(prop = prop.table(n))

lp14 %>%
  count(jc10) %>%
```

```
mutate(prop = prop.table(n))
```

```
#####
```

```
lp14.2 %>%
```

```
count(jc13) %>%
```

```
mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp14.2 %>%
```

```
count(jc10) %>%
```

```
mutate(prop = prop.table(n))
```

```
#####
```

```
#Conteúdos da democracia
```

```
lp14 %>%
```

```
count(d1) %>%
```

```
mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
lp14 %>%
```

```
count(d5) %>%
```

```
mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
#####
```

```
#Conteúdos da democracia com filtro jc13 == 2
```

```
lp14.3 %>%
```

```
count(d1) %>%
```

```
mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
lp14.3 %>%
```

```
count(d5) %>%
```

```
mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
#Conteúdos da democracia filtro DUPLO dem2 ==2 + jc13 == 2
```

```
lp14.4 %>%
```

```
  count(d1) %>%
```

```
  mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
lp14.4 %>%
```

```
  count(d5) %>%
```

```
  mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
##### Controlando por dem2 ==2
```

```
lp14.2 %>%
```

```
  count(d1) %>%
```

```
  mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
lp14.2 %>%
```

```
  count(d5) %>%
```

```
  mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```

```
##### Análise longitudinal JC13
```

```
lp08 %>%
```

```
  count(jc13) %>%
```

```
  mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp10 %>%
```

```
  count(jc13) %>%
```

```
  mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp12 %>%
```

```
  count(jc13) %>%
```

```
mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp14 %>%  
  count(jc13) %>%  
  mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp17 %>%  
  count(jc13) %>%  
  mutate(prop = prop.table(n))
```

```
lp17 %>%  
  count(jc10) %>%  
  mutate(prop = prop.table(n))
```

```
#####
```

```
### Análise dos principais problemas
```

```
lp14 %>%  
  count(a4) %>%  
  mutate(rel.freq = paste0(round(100 * n/sum(n), 0), "%"))
```